



Demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

30 de junho 2019

Nu Pagamentos S.A.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na nota explicativa nº 2 - Base de preparação das demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Companhia foram elaboradas pela Administração da Companhia para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 08 de agosto de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rodrigo Bassi'. The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balanços patrimoniais consolidados do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Total do ativo circulante		15.917.335	6.870.811
Disponibilidades	4	484.252	340.976
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.641.976	69.003
Aplicações no mercado aberto		3.641.976	69.003
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.631.554	1.913.041
Carteira própria	6	3.120.822	752.546
Vinculados à prestação de garantias	6	509.792	1.160.495
Instrumentos financeiros derivativos	21	940	–
Relações Interfinanceiras		4.046	–
Recebimentos a liquidar		4.046	–
Operações de Crédito		35.558	–
Operações de crédito	7a	38.616	–
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7e	(3.058)	–
Outros créditos		8.087.355	4.535.631
Valores a receber cartão de crédito	7a	8.542.316	4.819.934
Diversos	8	273.108	157.145
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7e	(728.069)	(441.448)
Outros valores e bens		32.594	12.160
Despesas antecipadas		32.594	12.160
Total do realizável a longo prazo		305.240	183.020
Títulos e valores mobiliários	6	–	104
Vinculados à prestação de garantias		–	104
Operações de Crédito		8.301	–
Operações de crédito	7a	8.301	–
Outros créditos		296.939	182.916
Valores a receber cartão de crédito	7a	11.281	–
Diversos	8	285.658	182.916
Total do permanente		28.100	15.911
Imobilizado de uso		25.970	15.805
Imóveis de uso		34.257	18.959
Depreciação acumulada		(8.287)	(3.154)
Intangível		2.130	106
Ativos intangíveis		2.390	106
Amortização acumulada		(260)	–
Total do ativo		16.250.675	7.069.742

Balanços patrimoniais consolidados do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Passivos	Nota	2019	2018
Total do passivo circulante		14.744.500	6.238.968
Depósitos	9	5.217.412	905.872
Depósitos a prazo		81.549	–
Outros depósitos		5.135.863	905.872
Relações interfinanceiras de liquidez	10	8.332.213	4.601.936
Pagamentos a liquidar		8.332.213	4.601.936
Obrigações por empréstimos e repasses	11	123.720	331.667
Empréstimos no país		123.720	–
Empréstimos no exterior		–	331.667
Outras obrigações	12	1.071.155	399.493
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.719	804
Fiscais e previdenciárias		53.135	53.753
Diversas		264.468	94.095
Obrigações por quotas de fundos de investimentos		751.833	250.841
Total do passivo não circulante		477.974	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	384.851	–
Recursos de aceites cambiais		84.079	–
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		300.772	–
Obrigações por empréstimos e repasses	11	15.279	–
Empréstimos no país		15.279	–
Outras obrigações		77.844	–
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital		77.844	–
Resultado de exercícios futuros		59.616	28.072
Patrimônio líquido	14	968.585	802.702
Capital social		1.368.171	1.065.451
Reserva de capital		118.703	67.023
Ajustes de avaliação patrimonial		397	–
(-) Prejuízos acumulados		(518.686)	(329.772)
Total do passivo e patrimônio líquido		16.250.675	7.069.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado consolidado do Conglomerado Prudencial Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional	15	355.110	196.877
Custo dos serviços prestados	16	(394.405)	(159.147)
Resultado bruto		(39.295)	37.730
Despesas de pessoal	17a	(117.647)	(60.025)
Despesas administrativas	17b	(123.703)	(34.719)
Outras receitas operacionais	17c	32.807	18.467
Outras despesas operacionais	17c	(22.349)	(12.104)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7e	(368.536)	(226.726)
Plano de opção de compra de ações	14b	(32.506)	(14.963)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(631.934)	(330.070)
Resultado operacional		(671.229)	(292.340)
Receitas financeiras		658.940	307.336
Despesas financeiras		(186.369)	(79.671)
Resultado financeiro	18	472.571	227.665
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		(198.658)	(64.675)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(12.769)	(29.292)
Imposto de renda e contribuição social diferido		71.915	43.078
Imposto de renda e contribuição social	19	59.146	13.786
Prejuízo do semestre		(139.512)	(50.889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de valor patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	587.049	52.060	–	(278.883)	360.226
Opção de ações outorgadas (Nota 14b)	–	14.963	–	–	14.963
Aumento de capital (Nota 14a)	478.402	–	–	–	478.402
Prejuízo do semestre	–	–	–	(50.889)	(50.889)
Saldo em 30 de junho de 2018	1.065.451	67.023	–	(329.772)	802.702
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.368.171	86.197	–	(379.174)	1.075.194
Opção de ações outorgadas (Nota 14b)	–	32.506	–	–	32.506
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge accounting</i>)	–	–	397	–	397
Prejuízo do semestre	–	–	–	(139.512)	(139.512)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.368.171	118.703	397	(518.686)	968.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados do Conglomerado Prudencial Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(139.512)	(50.889)
Ajustes para:			
Depreciação/amortização		2.747	1.266
Provisão para perda do valor recuperável		368.536	226.726
Resultado com tributos diferidos		(71.706)	(13.786)
Provisão de contingências		28.870	188
Variação de valor justo de instrumentos financeiros		9.402	-
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		(543)	-
Juros de empréstimos sem efeito de caixa		28.757	37.352
Opções de ações outorgadas		32.506	14.963
Resultado ajustado		259.057	215.820
(Aumento) redução líquido em ativos:			
Títulos e valores mobiliários - negociação		(503.916)	(985.679)
Relações interfinanceiras		(4.046)	-
Operações de crédito		(43.859)	-
Outros créditos		(1.943.596)	(1.242.948)
Outros valores e bens		(11.270)	(8.400)
Aumento (redução) líquido em passivos:			
Depósitos		2.781.397	-
Relações interfinanceiras		1.850.012	-
Outras obrigações		52.904	1.856.302
Resultado de exercícios futuros		17.657	10.659
Pagamento de Juros		(24.810)	-
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		2.429.530	(154.246)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aumento líquido de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação		(549.891)	-
Aquisição de ativo imobilizado		(2.581)	(8.747)
Aquisição de ativo Intangível		(439)	-
Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades de investimento		(552.911)	(8.747)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	478.402
Aumento de obrigações vinculadas a cessão		500.000	-
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses		150.000	45.800
Aumento de recursos de aceites cambiais		80.734	-
Aumento de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		300.000	-
Aumento de instrumentos de dívida elegíveis a capital		74.110	-
Amortização de empréstimos no país e no exterior		(205.881)	(29.232)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) de atividades de financiamento		898.963	494.970
Caixa e equivalentes de caixa	25a		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		1.370.293	665.357
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		4.145.875	997.334
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.775.582	331.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. ("Companhia" ou "Nubank") é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05409-000 - Brasil. O Nubank tem por objeto as seguintes atividades: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência e de pagamentos relacionados a instrumentos de pagamentos pós-pagos; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. O Nubank é composto pela Companhia e suas controladas, entre elas a Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito.

O Nubank foi constituído em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso tais clientes passarão a ser rentáveis para a Companhia.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Em 18 de maio de 2017, o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução no 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen). Dessa maneira, foram observados requisitos específicos para a consolidação das demonstrações financeiras do Nubank e suas empresas controladas e fundos de investimentos, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de cartão de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de julho de 2019.

a. Participações societárias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o Nubank e as suas controladas relacionadas a seguir:

Entidade	Controle	País	2019	2018
Nu Payments, LLC (i)	Direto	EUA	100%	100%
Nu Investimentos Ltda. (ii)	Direto	Brasil	100%	100%
Nu Financeira S.A. - SCFI (iii)	Direto	Brasil	100%	100%

(i) Nu Payments, LLC: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América;

(ii) Nu Investimentos Ltda.: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas em 3 de janeiro de 2018; e

(iii) Nu Financeira S.A. - SCFI: Instituição financeira autorizada pelo BACEN, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, em 28 de fevereiro de 2018.

Adicionalmente, foram consolidados os fundos de investimento em que o Nubank assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, como a saber:

Fundo	País
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU	Brasil
NU Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as entidades consolidadas.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos e resultado entre as empresas consolidadas e eliminação das participações no capital das empresas controladas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os semestres apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em títulos privados, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo, e não para outros propósitos de investimentos e financiamento.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado.

d. Operações de cartão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e cartão de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As operações com clientes cujo valor seja inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) foram classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos de suas operações utilizando-se também de modelos internos para tal, gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. Tais modelos estimam a perda esperada levando em consideração a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Cessões de crédito

As cessões de recebíveis de cartão de crédito foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

g. Imobilizado de uso e intangível

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens.

As vidas fiscais dos itens do ativo imobilizado para o semestre são as seguintes:

- Móveis e utensílios 10 anos
- Equipamentos de informática 5 anos
- Intangível 5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

h. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

i. Depósitos

Correspondem aos valores feitos de depósitos na NuConta que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga e estão avaliados pelos valores de liquidação. A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

Em junho de 2019, foi lançado o Recibo de Depósito Bancário (“RDB”) da Nu Financeira, como uma nova opção de aplicação na NuConta. Ao contrário da conta de pagamentos tradicional, cujo dinheiro fica aplicado em títulos públicos, os valores aplicados em RDB do Nubank podem ser usado como fonte de financiamento para as operações da Companhia.

j. Obrigações por empréstimos e repasses

Correspondem a empréstimos captados com terceiros que são reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

k. Resultado de exercícios futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva dependente apenas da fluência do prazo.

l. Relações interfinanceiras

Correspondem a valor a pagar à bandeira Mastercard relativos as operações de cartões de crédito e estão registradas pelo valor de liquidação.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de empréstimos, juros de depósitos, variação cambial, tarifas bancárias e são reconhecidas no resultado em base “pró-rata” dia.

n. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto, quando a Administração da Companhia entende que sua realização é virtualmente certa.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Companhia. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Companhia levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica de outras obrigações;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

o. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

p. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No exercício findo em 30 de junho de 2019 não houve ajuste ao valor recuperável para ativos não financeiros.

q. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura. Os derivativos são realizadas em taxa de juros, *swaps* moeda e outros índices futuros. Derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco. Derivativos são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como estando em uma relação de *hedge*.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente (na data em que um contrato de derivativos é celebrado), e são subsequentemente reavaliados, pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em mercado são obtidos a partir dos preços de mercado cotados. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados utilizando técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxo de caixa descontado e precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do justo valor depende se os derivados são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de *hedge*. Ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado, e incluídos no resultado financeiro.

r. Hedge accounting

A Companhia aplica contabilidade de *hedge* para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco. No momento em que um instrumento financeiro é designado como *hedge* (ou seja, no início do *hedge*), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de *hedge* e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de *hedge* na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto. Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos de *hedge* foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um *hedge* é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de *hedge* é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do *hedge*, os derivativos podem ser designados como: (i) *hedges* da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes *hedges* de valor; (ii) *hedge* da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (*hedge* de fluxo de caixa); ou (iii) *hedge* de investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido). A Companhia aplica contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa e de valor justo, mas não aplica de *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior.

Contabilização do *hedge* de fluxo de caixa - A parcela efetiva das variações no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa qualificados é reconhecida em outros resultados abrangentes na reserva de *hedge* de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Quando um instrumento de *hedge* expira ou é vendido, ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização de *hedge*, qualquer ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquela data permanece no patrimônio e é reconhecido na demonstração do resultado quando a transação prevista é reconhecida na demonstração de resultados. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que foi relatado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado. A Companhia está exposta ao risco cambial sobre as transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas.

Contabilidade de *hedge* de valor justo - As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do *hedge* que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado como receita líquida de negociação e outras receitas. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios, as mudanças no justo valor do item coberto atribuíveis ao risco coberto deixaram de ser reconhecidas na demonstração de resultados.

s. Plano de opção de compra de ações

O Nubank mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) - stock option ("Plano de Opção") que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais.

O objetivo é conceder, aos colaboradores da Companhia, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Companhia atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Companhia, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio da companhia. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4. Disponibilidades

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	58	22
Banco - conta movimento	456.875	322.871
Outras reservas livres	11.423	3.093
Disponibilidades em moeda estrangeira	15.896	14.990
Total	<u>484.252</u>	<u>340.976</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN (i)	1.649.997	1.649.997	52.003
Letras do Tesouro Nacional - LTN (ii)	1.956.000	1.956.000	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	35.979	35.979	17.000
Total	<u>3.641.976</u>	<u>3.641.976</u>	<u>69.003</u>

(i) Em 2019, saldo vinculado à saldos em conta pré-paga.

(ii) Inclui R\$1.736.000 referente a títulos que estão vinculados à saldos em conta pré-paga.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Carteira própria	3.120.822	752.546
Vinculados à prestação de garantias	509.792	1.160.599
Total	<u>3.630.614</u>	<u>1.913.145</u>

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Para negociação	2.642.320	1.571.400
Disponível para venda	988.294	341.745
Total	<u>3.630.614</u>	<u>1.913.145</u>

Para negociação

	2019		2018	
	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de Mercado	Valor de Mercado
	Custo amortizado			
Letras financeiras do tesouro (LFT)	728.077	1.460.075	2.186.406	1.100.465
Letras do tesouro nacional (LTN)	14.311	416.680	435.625	–
Recibos de depósitos bancários (RDB) - pós fixado (i)	531	–	531	660
Certificados de depósitos bancários (CDB) - pós fixados (i)	19.643	–	19.643	157.657
Letras de arrendamento mercantil (LAM)	4	–	4	312.514
Letra de câmbio (LC)	–	111	111	104
Total	762.566	1.876.866	2.642.320	1.571.400

Disponível para venda

	2019		2018	
	Sem vencimento	Valor de mercado	Valor de mercado	
Cotas de fundos de investimento (ii)	976.336	976.336	329.907	
Títulos no exterior	11.958	11.958	11.838	
Total	988.294	988.294	341.745	

(i) Referem-se a CDBs e RDBs pós fixados. A Administração da Companhia concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, é considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

(ii) Refere-se à aplicação em cotas de fundos de investimento não exclusivos. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

b. Resultado com instrumentos financeiros

	2019	2018
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	14.929	15.038
Rendas de aplicações em CDBs e RDB	4.574	2.472
Rendas de aplicação em LFT e LTN	72.963	22.004
Rendas de aplicação em LAM	2.810	2.250
Rendas de operações compromissadas	67.905	7.996
Ajuste a marcação de mercado LFT	5.992	(972)
Total	169.173	48.788

7. Operações de crédito e provisão para perdas**a. Composição das operações de crédito e cartão de crédito**

	2019	2018
Operações de crédito	46.917	–
Operações com cartão de crédito	8.553.597	4.819.934
Total	8.600.514	4.819.934
Curto prazo	8.580.932	4.819.934
Longo prazo	19.582	–

As tabelas abaixo apresentam as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado por dias de atraso.

b. Composição das operações de crédito e cartão de crédito a receber por vencimento

	2019	2018
Curso Anormal	642.380	312.471
Vencidas acima de 14 dias	528.222	290.141
A vencer:		
até 3 meses	54.571	15.601
3 a 6 meses	24.775	4.376
6 a 12 meses	26.321	2.352
acima de 12 meses	8.491	1
Curso Normal	7.958.134	4.507.463
Vencidas até 14 dias	123.974	115.590
A vencer:		
até 3 meses	6.345.528	3.481.630
3 a 6 meses	1.040.665	630.481
6 a 12 meses	436.876	279.487
acima de 12 meses	11.091	275
Total:	8.600.514	4.819.934

c. Classificação das operações de crédito e cartão de crédito por níveis de risco Resolução 2.682/99 do CMN

Nível	2019			2018		
	Curso normal	Curso anormal	Total	Curso normal	Curso anormal	Total
A	7.840.570	-	7.840.570	4.362.896	-	4.362.896
B	61.270	63.211	124.481	44.047	34.768	78.815
C	43.534	90.200	133.734	61.735	20.256	81.992
D	5.637	72.545	78.182	28.107	21.410	49.516
E	1.841	60.825	62.666	5.043	31.889	36.932
F	122	64.573	64.695	3.302	36.521	39.823
G	28	55.725	55.753	1.516	32.811	34.327
H	5.132	235.301	240.433	817	134.815	135.632
Total	7.958.134	642.380	8.600.514	4.507.463	312.471	4.819.934

d. Classificação das operações de crédito e cartão de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

Nível de Risco	2019			Provisão para perdas	índice de cobertura %
	A vencer	Atraso	Total		
1	2.481.791	5.749	2.487.540	(18.706)	0,8%
2	2.751.052	19.659	2.770.711	(60.648)	2,2%
3	1.993.155	77.109	2.070.264	(164.304)	7,9%
4	100.389	40.470	140.859	(38.340)	27,2%
5	370.680	760.460	1.131.140	(449.129)	39,7%
Total	7.697.067	903.447	8.600.514	(731.127)	8,5%

Nível de risco	2018			Provisão para perdas	índice de cobertura%
	A vencer	Atraso	Total		
1	1.369.998	1.381	1.371.379	(9.901)	0,7%
2	2.063.845	12.433	2.076.278	(55.596)	2,7%
3	550.875	23.060	573.935	(56.278)	9,8%
4	69.891	26.214	96.105	(24.901)	25,9%
5	250.397	451.840	702.237	(294.772)	42,0%
Total	4.305.006	514.928	4.819.934	(441.448)	9,2%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão complementar leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático. Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

<u>Nível de risco</u>	<u>Probabilidade de inadimplência</u>
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do semestre	(564.318)	(340.074)
(Constituição)/Reversão	(368.536)	(226.726)
Baixados para prejuízo	201.727	125.352
Saldo no final do semestre	(731.127)	(441.448)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(728.069)	(441.448)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(3.058)	-

f. Operações renegociadas / recuperadas

O montante das operações renegociadas no semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizou R\$144.361 (2018 - R\$87.426).

O montante das operações recuperadas no semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizou R\$32.755 (2018 - R\$18.227).

8. Outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valores a receber cartão de crédito	8.553.597	4.819.934
Imposto de renda diferido (Nota 19)	285.658	182.916
Impostos e contribuições a compensar	122.148	56.976
Diversos	150.877	100.169
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (Nota 21)	83	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito (Nota 7e)	(728.069)	(441.448)
Total	8.384.294	4.718.547

9. Depósitos

Os montantes de R\$5.135.863 (2018 - R\$905.872) e R\$81.549 (2018 - R\$0) correspondem a depósitos de clientes feitos na conta de pagamento pré-paga NuConta e NuConta - RDB, respectivamente. Tais depósitos são remunerados por 100% do CDI.

10. Relações interfinanceiras de liquidez

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a pagar - bandeira do cartão de crédito	8.332.213	4.601.936
Total	8.332.213	4.601.936

11. Obrigações por empréstimos e repasses

a. Abertura por vencimento

	<u>2019</u>			<u>Total</u>	<u>2018</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>		<u>Total</u>
Obrigações por empréstimos:					
No país	32.900	90.820	15.279	138.999	-
No exterior	-	-	-	-	331.667
Total	32.900	90.820	15.279	138.999	331.667

b. Movimentações dos empréstimos

	31/12/2018			30/06/2019	
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pagamentos	Saldo final
Obrigações por empréstimos:					
No país	–	150.000	2.394	(13.395)	138.999
No exterior	195.237	–	3.101	(198.338)	–
Total	195.237	150.000	5.495	(211.733)	138.999

12. Outras obrigações

	2019	2018
Obrigações por cotas de fundo de investimento (i)	751.833	250.841
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos	159.401	51.242
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (nota 21)	278	–
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (ii)	77.844	–
Fiscais e previdenciárias	53.135	53.753
Provisão para contingências tributárias (Nota 22)	83.150	34.037
Diversas	20.604	8.260
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.719	804
Provisão para contingências cíveis (Nota 22)	1.035	556
Total	1.148.999	399.493

(i) As obrigações por cotas de fundos de investimento refere-se as captações realizadas através da securitização de recebíveis de cartão de crédito para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU, que é consolidado. Em fevereiro de 2019, foi emitido a 3ª série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU (“FIDC Nu”) no montante de R\$500 milhões.

(ii) Em junho de 2019, a Companhia emitiu instrumento de dívida elegível a capital, no montante total de R\$75 milhões, juros fixos, com prazo total de 10 anos e opção de recompra a partir do 5º, contendo cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência, quando ocorrer a aprovação do BACEN.

13. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2019		2018
	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de câmbio emitidas	84.079	84.079	–
Letras financeiras emitidas	300.772	300.772	–
Total	384.851	384.851	–

Em junho de 2019, a Companhia emitiu letras financeiras no total de R\$300.772 com vencimento em junho de 2021, indexadas a 100% do CDI.

14. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$1.368.171 (R\$1.065.451 em 2018), e está representado por 131.653.333 ações (94.781.226 em 2018), sem valor nominal, divididas entre 131.487.968 ordinárias (94.615.861 em 2018) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2018), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$302.720 com emissão de 36.872.107 ações ordinárias.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$478.402 com emissão de 58.270.564 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Companhia.

Ao final do ano de 2016, a Companhia transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na *holding*, e não mais na Companhia.

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$32.506 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$14.963 em 2018), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

15. Receita operacional

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de intercâmbio	359.389	201.020
Receita de anuidade (Nubank Rewards)	39.892	22.286
Outros	3.500	-
Impostos sobre receita operacional	(47.671)	(26.429)
Total	<u>355.110</u>	<u>196.877</u>

O montante de receita operacional refere-se substancialmente às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

16. Custo dos serviços prestados

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de manutenção de contas	(307.116)	(124.246)
Custo de emissão de cartões	(87.289)	(34.901)
Total	<u>(394.405)</u>	<u>(159.147)</u>

O custo dos serviços prestados é substancialmente composto por custos com processamento de compras de cartão de crédito, bandeira, cobrança, serviços de dados, bureaus de crédito, embossamento e entrega de cartões de crédito.

17. Despesas Administrativas

a. Despesas de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proventos e encargos sociais	(100.343)	(51.797)
Benefícios	(11.487)	(6.417)
Honorários da administração	(3.199)	(1.545)
Treinamento	(2.618)	(266)
Total	<u>(117.647)</u>	<u>(60.025)</u>

b. Despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de escritório	(9.139)	(6.019)
Despesas com processamento de dados e comunicações	(22.803)	(9.997)
Despesa com propaganda e marketing	(55.743)	(6.399)
Despesas com contratação de serviços especializados	(14.527)	(6.475)
Outras despesas administrativas	(17.583)	(4.170)
Despesas tributárias	(712)	(495)
Depreciação e amortização	(3.196)	(1.164)
Total	<u>(123.703)</u>	<u>(34.719)</u>

c. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de créditos baixados	32.755	18.227
Outros	52	240
Total	<u>32.807</u>	<u>18.467</u>

	2019	2018
Descontos concedidos	(6.462)	(2.760)
Perdas operacionais	(13.498)	(4.377)
Outros	(2.389)	(4.967)
Total	(22.349)	(12.104)

18. Resultado financeiro

	2019	2018
Rendas com operações de crédito	3.124	–
Rendas de CCBs adquiridos	414.647	230.489
Resultado com instrumentos financeiros	163.181	49.760
Marcação a mercado Instrumentos financeiros	5.992	–
Outras receitas financeiras (i)	66.732	23.001
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.264	–
Variação cambial positiva	–	4.086
Receitas financeiras	658.940	307.336
Variação cambial negativa	(661)	–
IOF sobre operações financeiras	(16)	(130)
Despesa de captação	(20.084)	(8.682)
Marcação a mercado de letras financeiras	(3.410)	–
Marcação a mercado Instrumentos financeiros	–	(972)
Tarifas bancárias	(4.316)	(2.028)
Impostos sobre receitas financeiras (ii)	(28.644)	(14.911)
Despesa com instrumentos financeiros derivativos	(6.003)	–
Despesa de juros de empréstimos	(11.134)	(37.544)
Juros sobre contas de pagamento pré-pagas	(108.763)	(15.404)
Despesas com letras de câmbio	(2.220)	–
Despesas com letras financeiras	(1.118)	–
Despesas financeiras	(186.369)	(79.671)
Resultado financeiro	472.571	227.665

(i) Refere-se em sua maioria a ganhos na conversão de moeda, de compras de clientes em moeda estrangeira, efetuadas no cartão de crédito.

(ii) Refere-se a despesas da majoração da alíquota de PIS e COFINS que esta sendo discutido judicialmente (nota 21).

19. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(198.658)	(64.675)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	79.465	25.874
Adições/exclusões permanentes	(20.575)	(8.133)
Outros	256	(3.955)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	59.146	13.786
Imposto de renda e contribuição social devidos	(12.769)	(29.296)
Tributos diferidos do semestre	71.650	43.082
Tributos diferidos recolhidos em outros resultados abrangentes	265	–
Imposto de renda e contribuição social do semestre	59.146	13.786

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscal diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre prejuízo fiscal/base negativa da CSLL e diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

	Saldo em 30/06/2019	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	199.126	62.054	137.072
Outras provisões passivas	59.878	11.211	48.667
Marcação a Mercado - letra financeira	1.364	1.364	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	260.368	74.629	185.739
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	25.290	(2.923)	28.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	285.658	71.706	213.952
Marcação a Mercado - Títulos Públicos	56	56	-
Imposto e contribuição social diferidos passivo	56	56	-
Total	285.602	71.650	213.952

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 30 de junho de 2019, no montante de R\$ 285.658 (R\$182.916 em 2018), foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL e diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2019 é de R\$267.376.

c. Realização do crédito tributário

Período	Contribuição		Total
	Imposto de Renda	Social	
2019	173.124	104.955	278.079
2020	3.673	2.203	5.876
2021	553	332	885
Após 2021	511	307	818
Total	177.861	107.797	285.658

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2019, a apólice mais relevante do Nubank estava relacionada a cobertura de danos materiais no valor total de R\$172 milhões e os principais riscos cobertos eram de incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos.

21. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

	2019			2018		
	Nocional	Valor de mercado		Nocional	Valor de mercado	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivativos mantidos para negociação						
Contratos relativos a taxas de juros	465.000	-	278	-	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>						
Designado em <i>hedge</i> de valor justo						
Swaps de câmbio	85.660	-	-	-	-	-
Designado em <i>hedge</i> de fluxo de caixa						
Swaps	53.100	83		-	-	-
Total derivativos	603.760	83	278	-	-	-

Hedges de risco cambial - A Companhia está exposta ao risco de moeda estrangeira em transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas. A Companhia administra sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa de transações previstas em moeda estrangeira em relação à movimentação em moeda estrangeira, entrando em contratos de câmbio (futuros de câmbio). Esses instrumentos são celebrados de acordo com o perfil de fluxo de caixa da transação estimada.

A eficácia é avaliada mensalmente, analisando os termos críticos. Os termos críticos do instrumento de cobertura e o montante da transação prevista coberta podem ser considerados os mesmos, porque os valores nocionais e subjacentes do instrumento de cobertura e da transação prevista coberta são significativamente os mesmos e as despesas previstas deverão ocorrer no mesmo mês que a data de vencimento do instrumento de *hedge*. Portanto, espera-se que a cobertura seja perfeitamente eficaz. Avaliações subsequentes da efetividade serão realizadas verificando e documentando se os termos críticos do instrumento de *hedge* e a transação prevista coberta mudaram durante o período em análise e se continuam provável. Se não houver tais mudanças em termos críticos, a Companhia continuará a concluir que a relação de cobertura é perfeitamente eficaz.

Inefetividade é esperada em função de diferenças em relação ao valor e período em que as transações previstas ocorrem e o derivativos contratados.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mudanças no valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> para calcular a ineficácia do <i>hedge</i>	–	–
Alterações no valor do instrumento de cobertura reconhecido em OCI	1.795	–
Valor reclassificado de reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa para o resultado	(1.132)	–
Inefetividade da cobertura reconhecida no resultado	–	–

Hedge de taxa de juros - A Companhia acessa o mercado para obter financiamento, emitindo dívida de taxa fixa. O componente de risco da taxa de juros é a mudança na taxa. A eficácia é avaliada comparando as variações no valor justo da dívida, excluindo a variação devido ao risco de crédito da Companhia, devido a mudança na taxa de juros com a exposição ativa do derivativo de taxa de juros. A diferença entre as mudanças nos valores justos é considerado inefetividade.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Mudança na exposição ativa do instrumento de cobertura - taxa de juros	2.534	–
Mudança no valor justo da letra financeira subordinada	(3.733)	–
Inefetividade	(1.199)	–

22. Contingências

O Nubank é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. Existem processos cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificados como *possíveis* pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$3.148 em 30 de junho de 2019 (2018 - R\$1.615) e R\$2.390 (2018 - R\$2.334), respectivamente.

Em 30 de junho de 2019, o Nubank tem provisionado a título de obrigação legal o montante de R\$83.150 (R\$34.037 em 2018) referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15. O Nubank deposita judicialmente o valor referente a essa causa e registra na linha de Outros créditos – diversos (Nota 7).

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 30 de junho de 2019 no montante de R\$1.035 (R\$556 em 2018) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

c. Movimentação das provisões

Cíveis

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	809	367
Constituição	1.168	473
Utilização / reversão	(942)	(284)
Saldo Final	1.035	556

Tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	54.506	19.126
Constituição	28.644	14.911
Saldo Final	<u>83.150</u>	<u>34.037</u>

23. Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo		
Valor a pagar Nu Holdings Ltd. - controladora	1.545	–
Valor a pagar Nu Finanztechnologie GmbH - coligada	(958)	(384)
Resultado		
Despesas com serviços de tecnologia		
Nu Finanztechnologie GmbH - coligada	4.738	2.922
Despesas com honorários da administração	3.199	1.545

24. Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank está definida conforme seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O controle dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site:

<https://nubank.com.br/docs/nubank-estrutura-de-gerenciamento-de-riscos.pdf>

a. Risco de crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições deterioradas; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito deve ser centralizada e independente das unidades de negócios. É de sua responsabilidade estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito inerente a todos os produtos, verificar níveis de concentração, estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação. Os processos, rotinas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito são submetidos a avaliação periódica quanto à sua adequação, de forma independente, pela área de Auditoria Interna.

b. Gerenciamento de risco operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se à esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados a cada área de negócio, mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais.

Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do risco operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez, conforme Circular 3.681 do Bacen, é a possibilidade de a Companhia de pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O controle do risco de liquidez é feito na Diretoria de Gerenciamento de Riscos, área independente das áreas de negócio. É de sua responsabilidade identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo.

São controlados os limites definidos de ativos de alta qualidade de liquidez para suportar cenários de estresse. Os cenários de estresse definem condições adversas nas variáveis que impactam a necessidade de caixa. O monitoramento é feito diariamente, estimando os fluxos de caixa futuros decorrentes de seus ativos e passivos, com reportes gerenciais tempestivos para a diretoria da Companhia e para a gestão de liquidez. O Plano de Contingência de Liquidez é um documento interno, revisto anualmente, que estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, para enfrentar situações de estresse. O Plano é aprovado visando garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos.

A Companhia mantém recursos líquidos correspondentes a pelo menos 100% do saldo de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento.

d. Risco de mercado

O risco de mercado, conforme Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. A definição inclui risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e do preço de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

IRRBB

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Companhia financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Estrutura Organizacional

O controle do do risco de mercado é feito na Diretoria de Riscos, área independente das áreas de negócio. É de sua responsabilidade identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de mercado e o risco de variação de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB), de forma a manter as exposições ao risco em conformidade com os níveis fixados na declaração de apetite por riscos, através de sistemas, rotinas e procedimentos para a gestão dos riscos.

Controle

O controle de risco de mercado utiliza testes de estresse, baseado em cenários, para avaliação do impacto de situações adversas nas carteiras da Companhia. Adicionalmente, métricas de VaR (valor em risco) e sensibilidade à taxa de juros (DV01) são utilizadas no controle e gestão dos riscos de mercado e IRRBB.

As estratégias de proteção (*hedge*) têm sua efetividade periodicamente avaliadas.

Relatórios gerenciais de risco são enviados para a direção da Companhia e para o comitê de riscos demonstrando as exposições aos fatores de risco e aferência à RAS.

Marcação a mercado dos instrumentos financeiros

A marcação a mercado é o processo de avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas carteiras da Companhia. Usa-se preferencialmente preços dos ativos observados disponíveis no mercado. Quando não disponíveis preços dos ativos, utilizam-se valores dos fatores de risco observados. Em último caso, o valor justo é apurado mediante utilização de modelos.

e. Gestão de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente.

25. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidade	484.252	340.976
Letras de arrendamento mercantil - LAM	4	312.514
Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados	19.643	156.430
Aplicação financeira - fundos de investimento	-	118.411
Aplicacoes em operações compromissadas	3.641.976	69.003
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.145.875</u>	<u>997.334</u>

b. Programa de recompensa

O Nubank criou um programa de fidelidade para seus clientes denominado "Nubank Rewards." O plano consiste no acumulo de pontos de acordo com as compras realizadas pelos clientes, na proporção de recompensa de R\$ 1,00 (um real) igual a 1 ponto, que nunca expiram. O valor financeiro desses pontos é subtraído da receita de intercambio e registrado na rubrica de receitas de exercícios futuros, presente no passivo da Companhia e transferida para receita operacional quando do resgate dos pontos pelos clientes.

O resgate é realizado apagando compras feitas pelo usuário em diversas categorias de gastos, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte, músicas etc.

26. Eventos subsequentes

No dia 16 de julho de 2019, foi anunciado o início dos testes com o novo produto, conta digital, focada em pessoas jurídicas em especial pequenas empresas e microempreendedores individuais ("Conta PJ"). Ainda em fase de testes, essa versão inicial da Conta PJ do Nubank terá algumas funções similares às oferecidas hoje pela NuConta - como transferências gratuitas para outros bancos e entre contas do Nubank, pagamento de boletos e tributos, depósito via boleto e a função "cobrar dinheiro", função que permite ao usuário da NuConta solicitar por meio de uma mensagem eletrônica a transferência de um valor pré estabelecido.

Em julho 2019, a Nu Holdings Ltd., controladora da Companhia, encerrou o sétimo aumento de capital no valor de USD400 milhões.

